



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E FAMÍLIA NO DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DA CRIANÇA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

THE RELATIONSHIP BETWEEN SCHOOL AND FAMILY IN THE SOCIOEMOTIONAL DEVELOPMENT OF CHILDREN IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION

Ariane Alice Mota Oliveira ¹

Rodrigo Pinto de Andrade²

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar a importância da relação entre escola e família no desenvolvimento socioemocional da criança durante a educação infantil. Fundamentado na teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky e em documentos legais como a LDB, BNCC e ECA, o estudo destaca a relevância da atuação conjunta entre educadores e familiares para a formação integral da criança. A partir de uma abordagem qualitativa e de pesquisa bibliográfica, discutem-se os fundamentos legais e conceituais da educação infantil, o papel da família como corresponsável no processo educativo e a necessidade de práticas pedagógicas que favoreçam o acolhimento, a escuta e a construção de vínculos afetivos seguros. O estudo parte do problema de como a fragilidade na parceria entre escola e família pode comprometer o desenvolvimento socioemocional da criança, prejudicando sua autonomia e segurança emocional. Conclui-se que o desenvolvimento socioemocional é potencializado em ambientes onde há diálogo, cooperação e participação ativa dos responsáveis na vida escolar da criança, sendo essa parceria um fator decisivo para o sucesso acadêmico e emocional na infância.

Palavras-chave: Educação Infantil; Relação Escola-Família; Desenvolvimento Socioemocional; Vygotsky; Parceria Educativa.

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of the relationship between school and family in the socio-emotional development of children during early childhood education. Grounded in Lev Vygotsky's historical-cultural theory and supported by legal documents such as the LDB,

¹ Acadêmica do quinto ano do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: ra126396@uem.br

² Professor do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá.
E-mail: rpandrade2@uem.br

BNCC, and ECA, the study highlights the relevance of joint action between educators and family members in promoting the child's holistic development. Using a qualitative and bibliographic research approach, it discusses the legal and conceptual foundations of early childhood education, the family's role as a co-responsible participant in the educational process, and the need for pedagogical practices that foster care, active listening, and the building of secure emotional bonds.

The study is based on the problem of how the fragility of the partnership between school and family can compromise the child's socio-emotional development, hindering autonomy and emotional security. It concludes that socio-emotional development is enhanced in environments characterized by dialogue, cooperation, and the active participation of parents or guardians in the child's school life, making this partnership a decisive factor for academic and emotional success in childhood.

Keywords: Early Childhood Education; School-Family Relationship; Socio-emotional Development; Vygotsky; Educational Partnership.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil representa uma fase essencial na formação humana, marcada por intensos processos de desenvolvimento cognitivo, afetivo, motor e social. Durante essa etapa, que abrange crianças de 0 a 5 anos, são estabelecidas as primeiras bases para o aprendizado e a constituição da identidade da criança, sendo, portanto, uma fase crítica para o desenvolvimento integral.

Nesse contexto, a participação ativa da família surge como um elemento indispensável, especialmente quando associada ao papel formador da escola. A relação entre escola e família, quando baseada no diálogo, na confiança e na cooperação, contribui significativamente para o bem-estar e o crescimento saudável da criança.

Segundo Vygotsky (2009), o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio das interações sociais, nas quais os adultos, pais e professores desempenham o papel de mediadores fundamentais. É a partir dessas interações que a criança internaliza valores, regula emoções e adquire habilidades de convivência, o que evidencia a importância de ambientes educativos integrados e acolhedores.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), a educação infantil deve promover experiências que favoreçam o desenvolvimento de competências socioemocionais como empatia, respeito, autonomia e cooperação, sendo a presença da família nesse processo um fator chave. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/96) também estabelece que a educação infantil deve ocorrer em estreita articulação com

a família e a comunidade, reconhecendo o papel corresponsável da família no processo educativo. Já a legislação brasileira também aponta caminhos para essa parceria. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) reconhecem o papel da família como corresponsável pela educação e proteção da criança, promovendo legalmente a articulação entre as instituições (BRASIL, 1990; BRASIL, 1996).

Pesquisas recentes, como as de Ferreira (2024) e Matos (2023), reforçam que o envolvimento dos pais no cotidiano escolar está diretamente associado ao melhor desempenho emocional e acadêmico das crianças. Quando a escola abre espaço para a escuta e a participação das famílias, cria-se um ambiente de pertencimento que favorece a aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional.

Por outro lado, a ausência de diálogo entre esses dois pilares pode gerar descompassos que impactam negativamente o comportamento e o rendimento das crianças, como alerta Rodrigues (2023). Dessa forma, compreender a importância da parceria entre escola e família torna-se fundamental não apenas para a promoção de um ensino de qualidade, mas também para a construção de uma sociedade mais justa, empática e inclusiva.

Este artigo, portanto, propõe-se a refletir sobre essa relação e sua influência direta no desenvolvimento socioemocional das crianças na educação infantil, com base na teoria histórico-cultural e nos documentos normativos que regem a educação brasileira.

A presente pesquisa caracteriza-se como uma investigação de natureza qualitativa, fundamentada na metodologia da pesquisa bibliográfica. Essa abordagem tem como finalidade o levantamento, a análise e a interpretação de produções teóricas já publicadas sobre o tema da relação entre escola e família e sua influência no desenvolvimento socioemocional da criança na educação infantil.

Segundo Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa bibliográfica consiste na análise de obras e documentos científicos disponíveis, permitindo ao pesquisador o contato direto com os conhecimentos acumulados na área de estudo. A escolha por essa metodologia justifica-se pela possibilidade de explorar reflexões teóricas e empíricas que sustentam o objeto da pesquisa, considerando-se os marcos legais, históricos e pedagógicos que estruturam a educação infantil.

Foram utilizados como critérios de seleção textos que abordam diretamente as temáticas do desenvolvimento socioemocional infantil, da participação familiar e da atuação da escola enquanto agente mediador desse processo. As fontes foram buscadas em bases acadêmicas como o Portal de Periódicos da CAPES, Scielo e Google Acadêmico, priorizando publicações dos

últimos dez anos, sem, contudo, excluir autores clássicos, como Vygotsky (2009), que oferece importante sustentação à perspectiva histórico-cultural adotada neste estudo.

A análise do material selecionado ocorreu por meio de leitura interpretativa, destacando-se os principais argumentos, contribuições e conclusões dos autores, com o intuito de construir uma discussão crítica e fundamentada.

Dessa forma, a metodologia adotada busca compreender, por meio de diferentes vozes da literatura científica, como a interação entre escola e família pode favorecer ou limitar o desenvolvimento emocional, afetivo e social das crianças, reconhecendo que esse processo se dá em contextos concretos marcados por práticas, valores e relações humanas complexas.

O presente artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. Na primeira, são apresentados os fundamentos legais da educação infantil, com base na LDB, ECA e BNCC. A segunda seção discute a relação entre escola e família, abordando conceitos e práticas que sustentam essa parceria. A terceira seção analisa o desenvolvimento socioemocional da criança, destacando a importância da atuação conjunta entre educadores e familiares. Em seguida, são apresentadas estratégias e ações colaborativas que visam fortalecer essa relação, incluindo formações continuadas e projetos integrados. Por fim, as considerações finais sintetizam os principais resultados e reflexões, ressaltando a relevância da cooperação entre escola e família para o desenvolvimento integral da criança.

1. EDUCAÇÃO INFANTIL: FUNDAMENTOS LEGAIS

A educação infantil, etapa inicial da educação básica, tem como principal finalidade promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, emocional, social e cognitivo. Esta etapa educacional é voltada para crianças de 0 a 5 anos e se divide em duas fases: creche (0 a 3 anos) e pré-escola (4 a 5 anos). A legislação brasileira assegura à criança o direito à educação desde a primeira infância, sendo esse direito respaldado por um conjunto de normas legais que reconhecem a relevância dessa fase no processo de formação do sujeito.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) estabelece que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, devendo ser oferecida em instituições próprias e adequadas às necessidades das crianças, com propostas pedagógicas que favoreçam o seu desenvolvimento integral (BRASIL, 1996).

Além da LDB, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/90, também reforça o direito das crianças à educação e ao desenvolvimento pleno. O ECA

estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à educação, ao lazer e à dignidade (BRASIL, 1990). Tais diretrizes indicam que a educação infantil não se restringe ao espaço escolar, mas deve ser compreendida como um processo que articula a ação pedagógica com o cuidado e a proteção dos direitos fundamentais da criança.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que define os direitos e objetivos de aprendizagem da educação básica brasileira, também reconhece a educação infantil como uma etapa essencial para o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias à vida em sociedade.

Segundo a BNCC (2018), a proposta pedagógica na educação infantil deve estar centrada em seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se. Esses direitos expressam a concepção de criança como sujeito histórico, social e cultural, que aprende nas interações com o outro e com o meio, sendo protagonista de seu próprio desenvolvimento.

A construção do conceito de educação infantil ao longo da história revela profundas transformações nas concepções de infância, sociedade e papel do educador. Evangelista e Gomes (2003) destacam que a família é o primeiro espaço de socialização da criança e que, ao longo do tempo, a escola passou a assumir também uma função educativa, colaborando na formação moral, social e intelectual da criança. Nesse sentido, a educação infantil deve ser compreendida como um campo de saber específico, que integra o cuidado, a educação e a promoção de vínculos afetivos seguros.

Diversos estudos apontam que essa etapa é determinante para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e emocionais que impactarão toda a trajetória escolar da criança (FERREIRA, 2024; HACHIMOTO, 2024). A afetividade, a interação com os pares, a mediação pedagógica e o acolhimento do contexto familiar são elementos centrais na proposta educativa da infância. Costa et al. (2023) reforçam que a interação entre escola e família nesse período é fundamental para a promoção da aprendizagem significativa, pois a criança se desenvolve a partir da estabilidade emocional que encontra nesses dois ambientes.

Nessa perspectiva, a teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky contribui de forma decisiva para compreender a educação infantil. Para o autor, o desenvolvimento das funções psicológicas superiores ocorre por meio da interação social, sendo o adulto pais, professores ou cuidadores um mediador essencial no processo de aprendizagem (VYGOTSKY, 2009). O conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) evidencia que a criança aprende de

forma mais efetiva quando conta com a mediação de um outro mais experiente, que a orienta e estimula a ultrapassar seus limites imediatos. Isso reforça a ideia de que a educação infantil deve ser um espaço de cooperação, diálogo e interação, no qual a brincadeira e a vivência social assumem papel central no desenvolvimento.

Albuquerque e Aquino (2018) ressaltam que a integração entre os diversos agentes sociais escola, família e comunidade contribui para uma abordagem mais ampla e humanizada da infância, na qual o respeito ao ritmo e às necessidades emocionais da criança é priorizado. A valorização do brincar, do acolhimento e da escuta ativa da criança é um princípio norteador das práticas pedagógicas na educação infantil, dialogando diretamente com os pressupostos vygotskianos de aprendizagem mediada e socialmente construída.

Portanto, a educação infantil fundamenta-se em um conjunto de princípios legais e pedagógicos que visam garantir o direito à infância plena. A atuação integrada entre escola, família e sociedade é condição essencial para a eficácia desse processo, já que, conforme Leite (2023), o desenvolvimento da criança na primeira infância está intimamente ligado à qualidade das interações que estabelece com os adultos e com os espaços educativos que frequenta. Cabe às instituições de ensino proporcionar ambientes ricos, seguros e afetivos, nos quais as crianças possam expressar-se livremente, construir conhecimentos e desenvolver-se como sujeitos de direitos.

2. RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: ENTRE CONCEITOS E FAZERES

A relação entre escola e família é um dos pilares fundamentais para o sucesso do processo educativo, especialmente na educação infantil, etapa em que o desenvolvimento emocional e social da criança é intensamente influenciado pelas interações que ela estabelece com os adultos de referência em sua vida.

Essa parceria, quando construída sobre a base do diálogo, da colaboração e do respeito mútuo, potencializa o desenvolvimento integral da criança, favorecendo a criação de ambientes afetivos e acolhedores que promovem não apenas o aprendizado acadêmico, mas também o fortalecimento de vínculos sociais e emocionais. Como afirmam Costa, Moita e Oliveira Costa (2023), o processo educativo é mais eficaz quando há uma articulação entre os saberes da escola e os valores da família, promovendo uma aprendizagem mais contextualizada e significativa.

Na perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), o envolvimento da família é um dos elementos essenciais para a construção das competências socioemocionais

da criança. Isso significa que o desenvolvimento dessas habilidades não depende exclusivamente das ações da escola, mas exige a corresponsabilidade da família na formação cidadã e afetiva do educando.

A educação infantil, por sua vez, exige um trabalho pedagógico que considere a criança em sua totalidade, o que demanda a escuta ativa e o envolvimento dos responsáveis em atividades escolares, decisões pedagógicas e práticas de convivência, criando um elo de confiança que sustenta o percurso educativo.

Como argumenta Evangelista e Gomes (2003), a família é o primeiro núcleo de socialização da criança, onde ela aprende valores, regras de convivência e formas de expressão emocional. Quando essa base é estendida ao espaço escolar por meio de uma relação colaborativa entre professores e familiares, as crianças tendem a apresentar comportamentos mais estáveis, maior autoestima e melhor desempenho em atividades sociais e cognitivas. Essa aproximação entre os dois ambientes de referência gera um sentimento de pertencimento que é fundamental para a segurança emocional da criança, permitindo que ela explore o mundo de maneira confiante e criativa.

O conceito de parceria entre escola e família envolve, portanto, mais do que a simples presença dos pais em reuniões ou eventos escolares. Trata-se de um processo contínuo de diálogo e construção conjunta de estratégias que atendam às necessidades da criança em suas múltiplas dimensões.

Ferreira (2024) destaca que a comunicação frequente entre os educadores e os responsáveis facilita a identificação precoce de dificuldades emocionais ou comportamentais, possibilitando intervenções mais eficazes e preventivas. A escola, nesse contexto, deixa de ser uma instituição isolada e passa a funcionar como uma extensão do cuidado familiar, assumindo, junto aos pais, a responsabilidade pelo bem-estar e desenvolvimento da criança.

Ao refletir sobre a relevância dessa relação, Matos (2023) enfatiza que o fortalecimento dos laços entre escola e família proporciona um ambiente mais inclusivo, onde a criança se sente respeitada e compreendida. A presença da família nas práticas pedagógicas amplia a percepção da criança sobre a importância do processo educativo, estimulando sua motivação e seu engajamento nas atividades escolares. Além disso, a família, ao ser acolhida e ouvida pela escola, sente-se mais segura para contribuir, opinar e participar de maneira efetiva, o que resulta em uma parceria mais sólida e eficaz.

Por outro lado, a ausência dessa colaboração pode gerar descompassos que impactam negativamente o processo de aprendizagem e o desenvolvimento emocional da criança.

Rodrigues (2023) adverte que a falta de comunicação entre escola e família pode dificultar o reconhecimento de conflitos emocionais ou questões sociais que demandariam atenção conjunta. Isso pode gerar sentimentos de desamparo na criança, afetando sua autoestima e sua capacidade de construir relações saudáveis.

Dessa forma, a construção de uma relação positiva entre escola e família é essencial para o êxito do processo educacional, especialmente nos anos iniciais da infância. Essa parceria deve ser cultivada por meio de estratégias que valorizem a escuta, a empatia e o reconhecimento da diversidade das configurações familiares. Como indicam Rocha e Vieira (2021), quando pais e professores compartilham responsabilidades e conhecimentos sobre a criança, cria-se uma rede de apoio que favorece a construção de um ambiente educativo mais humanizado, inclusivo e atento às singularidades de cada sujeito.

Em suma, a relação escola-família deve ser concebida como uma via de mão dupla, na qual ambos os lados contribuem com saberes, experiências e afetos, visando ao pleno desenvolvimento da criança. Essa interação não apenas fortalece o desempenho escolar e o bem-estar emocional, como também reforça o papel social da educação como espaço de acolhimento, transformação e formação cidadã.

2.1. Comunicação e vínculo entre escola e família

A comunicação eficaz entre escola e família é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança na educação infantil, especialmente no que se refere aos aspectos socioemocionais. Quando existe diálogo constante, empático e colaborativo entre os dois contextos, há maior coerência entre os valores transmitidos e o apoio às necessidades individuais de cada criança.

Segundo Costa, Moita e Oliveira Costa (2023), a interação contínua entre os responsáveis e a escola possibilita que o processo de ensino-aprendizagem se torne mais significativo, pois a criança sente-se apoiada e reconhecida em ambas as esferas de sua vida. A família, por sua vez, deixa de ocupar um papel passivo e passa a ser protagonista junto à escola no desenvolvimento integral do educando.

Albuquerque e Aquino (2018, p. 309) destacam que o fortalecimento da relação família-escola está diretamente relacionado à qualidade da comunicação estabelecida entre ambas. Os autores ressaltam que essa comunicação precisa ser “constante, bidirecional e aberta à escuta

ativa”, a fim de criar vínculos sólidos e uma parceria eficaz na promoção do bem-estar e do desenvolvimento infantil.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a importância da participação da família na construção do projeto pedagógico e nas atividades escolares, valorizando a corresponsabilidade no processo educativo. Essa diretriz reforça o papel da escola como espaço de convivência e troca, onde as famílias devem ser acolhidas e estimuladas à participação ativa (BRASIL, 2018).

Além disso, Leite (2023) afirma que “o envolvimento da família é um fator de proteção emocional para a criança e promove maior segurança no ambiente escolar, contribuindo para sua autonomia e autoestima”. Essa afirmação evidencia que os vínculos afetivos entre a família e a escola não apenas favorecem o rendimento escolar, mas também impactam diretamente na saúde emocional da criança.

Para que esses vínculos se desenvolvam de forma efetiva, é necessário que a comunicação não se restrinja a reuniões formais ou ocasiões de crise. Hachimoto (2024) recomenda a implementação de estratégias práticas e cotidianas que facilitem a interação entre educadores e responsáveis, como encontros informais, oficinas, atividades interativas e uso de canais digitais acessíveis.

Portanto, estabelecer uma relação colaborativa baseada no respeito, escuta e diálogo entre escola e família é essencial para criar um ambiente de apoio mútuo e favorecer o desenvolvimento socioemocional da criança. Ao reconhecer o papel ativo da família e sua integração com a proposta pedagógica da escola, promove-se uma educação mais humana, inclusiva e eficaz.

2.2. Desafios e possibilidades na construção dessa parceria

A construção de uma relação sólida entre escola e família na educação infantil é um processo complexo que envolve diversos fatores sociais, culturais, econômicos e emocionais. Embora a importância dessa relação seja amplamente reconhecida, sua efetivação enfrenta obstáculos que precisam ser compreendidos e superados.

Entre os principais desafios, destaca-se a falta de comunicação efetiva entre os agentes envolvidos. Muitas vezes, famílias se sentem intimidadas pelo ambiente escolar ou não compreendem seu papel no processo educacional, enquanto profissionais da educação enfrentam dificuldades para estabelecer um vínculo de escuta e diálogo. Como afirmam Albuquerque e

Aquino (2018, p. 311), “a relação entre família e escola, embora amplamente valorizada, ainda se encontra permeada por ruídos comunicacionais, expectativas divergentes e desigualdades sociais”.

Outro fator desafiador é a desigualdade socioeconômica, que pode limitar a participação da família nas atividades escolares. Famílias com múltiplas jornadas de trabalho, baixa escolaridade ou com acesso limitado à informação podem encontrar barreiras para atuar de forma ativa e presente na vida escolar de seus filhos. Segundo Costa, Moita e Oliveira Costa (2023), é comum que esses contextos gerem um distanciamento involuntário, que exige empatia e acolhimento por parte da escola.

Além disso, a ausência de formação específica dos profissionais da educação para lidar com as diferenças familiares e culturais pode comprometer a construção de uma relação efetiva. Como destacam Rocha e Vieira (2021), é essencial que os educadores sejam preparados para compreender a diversidade familiar e promover uma escuta ativa e sensível, capaz de valorizar as experiências das famílias no processo educativo.

Apesar desses desafios, há inúmeras possibilidades para o fortalecimento dessa parceria. A primeira delas é o investimento em práticas de acolhimento e escuta ativa, criando espaços onde as famílias se sintam valorizadas e respeitadas. Estratégias como reuniões participativas, oficinas, projetos integrados e uso de canais de comunicação acessíveis podem contribuir para a aproximação entre os envolvidos (HACHIMOTO, 2024).

Outra possibilidade é a valorização da afetividade como elemento central da relação escola-família. Rodrigues (2023) defende que a afetividade deve ser vista como uma ferramenta mediadora, capaz de promover empatia, confiança e pertencimento entre os sujeitos. Quando a escola se mostra aberta à realidade de cada família, cria-se um ambiente mais humano e colaborativo.

3. DESENVOLVIMENTO SOCIOEMOCIONAL DA CRIANÇA

O desenvolvimento socioemocional da criança na educação infantil é um processo complexo, contínuo e profundamente influenciado pelas interações sociais que ela vivencia em seus principais ambientes de convívio, sobretudo a família e a escola. Essa dimensão do desenvolvimento diz respeito à forma como a criança aprende a reconhecer, expressar e gerenciar suas emoções, desenvolver empatia, estabelecer vínculos afetivos e agir com responsabilidade nas interações com os outros.

Na perspectiva da teoria histórico-cultural de Lev Vygotsky (2009), o processo de desenvolvimento emocional ocorre de maneira dialógica e mediada, ou seja, é nas relações sociais, especialmente com os adultos, que a criança interioriza comportamentos, valores e modos de sentir e se relacionar. Nesse sentido, a escola e a família não apenas complementam, mas constituem os principais contextos nos quais a criança constrói sua identidade emocional e social.

A afetividade tem papel central nesse processo, sendo compreendida como elemento fundamental da aprendizagem e da formação integral. Como afirma Matos (2023), o acolhimento afetivo no espaço educativo proporciona à criança segurança emocional, permitindo que ela explore novas experiências com confiança e autonomia. Esse ambiente acolhedor se concretiza quando há uma relação de proximidade entre educadores e familiares, criando uma rede de apoio que fortalece o bem-estar da criança.

Além disso, Ferreira (2024) destaca que o desenvolvimento socioemocional envolve não apenas o controle e expressão das emoções, mas também a capacidade de lidar com frustrações, resolver conflitos e conviver com as diferenças, habilidades essas que são constantemente exercitadas nas interações sociais durante a infância.

A escola tem papel essencial na promoção dessas competências ao oferecer um ambiente estruturado que favoreça a convivência, a escuta e a resolução de conflitos por meio do diálogo. Para isso, é indispensável que as práticas pedagógicas estejam atentas às necessidades emocionais dos alunos, valorizando atividades que envolvam cooperação, expressão artística, dramatização, música e brincadeiras que estimulem a empatia e a comunicação.

Rocha e Vieira (2021) afirmam que a escola, ao valorizar os aspectos socioemocionais da infância, contribui não apenas para o sucesso acadêmico, mas para a formação de sujeitos emocionalmente equilibrados e socialmente comprometidos.

Contudo, o êxito dessa proposta depende fortemente da parceria com a família, que é o primeiro espaço de socialização da criança. A continuidade entre as práticas de cuidado, afeto e escuta no ambiente familiar e escolar é determinante para a construção de uma base emocional sólida.

Leite (2023) ressalta que, quando os pais se envolvem de maneira ativa na vida escolar dos filhos, demonstrando interesse e diálogo, as crianças se sentem valorizadas, o que reforça sua autoestima e confiança para interagir no coletivo. Essa presença ativa dos responsáveis é ainda mais importante em momentos de transição ou crise emocional, nos quais a criança precisa de suporte para nomear e compreender seus sentimentos.

Além disso, o desenvolvimento socioemocional não ocorre de maneira linear, sendo afetado por diferentes variáveis contextuais, como a estrutura familiar, o estilo de comunicação dos adultos, a qualidade das interações sociais e a mediação dos educadores.

Hachimoto (2024) ressalta que práticas pedagógicas intencionais, como rodas de conversa, mediação de conflitos e projetos interdisciplinares que envolvam temas afetivos, são estratégias eficazes para estimular o autoconhecimento e a autorregulação emocional na infância. Nessas experiências, a criança aprende a reconhecer o outro, respeitar limites, expressar seus sentimentos de forma adequada e construir relações saudáveis.

Sendo assim, é necessário compreender que o desenvolvimento socioemocional não é uma tarefa exclusiva da escola ou da família, mas uma responsabilidade compartilhada, que exige alinhamento, comunicação constante e práticas colaborativas.

A presença ativa e acolhedora dos pais no cotidiano escolar e a abertura da escola para ouvir e dialogar com as famílias são elementos-chave para o fortalecimento dessa dimensão. Quando esses dois ambientes atuam em parceria, tornam-se capazes de criar uma rede de apoio afetiva e segura, capaz de atender às singularidades de cada criança e promover seu crescimento integral.

A parceria entre escola e família exerce um papel determinante no desenvolvimento socioemocional da criança, especialmente na educação infantil, período em que se estabelecem as bases para a construção da identidade, da autonomia e da convivência social. A colaboração ativa entre os dois principais ambientes de formação da criança cria um espaço de segurança emocional, confiança e reconhecimento, fatores essenciais para o seu desenvolvimento integral.

Conforme destacam Rocha e Vieira (2021), o vínculo afetivo estabelecido entre família e escola proporciona à criança estabilidade emocional e uma sensação de pertencimento que favorece a construção de vínculos saudáveis com colegas e professores. Esse ambiente positivo contribui para o desenvolvimento da empatia, da autorregulação emocional, da autoestima e da resolução de conflitos, competências fundamentais para a vida em sociedade.

De acordo com Ferreira (2024), crianças cujos pais ou responsáveis participam ativamente da rotina escolar apresentam maior equilíbrio emocional, desenvolvem-se com mais segurança e mostram maior disposição para aprender. Isso acontece porque a parceria fortalece o sentimento de continuidade entre os valores vivenciados em casa e os ensinados na escola, o que evita contradições e reforça comportamentos positivos.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) reconhece a importância da formação integral da criança, destacando a dimensão socioemocional como um

dos pilares da educação. A BNCC propõe o fortalecimento das competências socioemocionais desde a infância, sendo a colaboração entre escola e família uma estratégia indispensável para alcançar esse objetivo.

Essa parceria também se mostra eficaz na prevenção de dificuldades emocionais e comportamentais. Como observa Leite (2023), quando há diálogo constante entre educadores e responsáveis, é possível intervir precocemente em situações de vulnerabilidade, como episódios de agressividade, isolamento ou ansiedade, favorecendo o apoio adequado à criança.

O envolvimento familiar também potencializa o papel da escola como espaço de acolhimento, escuta e valorização das experiências infantis. Para Hachimoto (2024), o sentimento de segurança que a criança desenvolve ao perceber a sintonia entre seus cuidadores e seus educadores impacta diretamente sua confiança, autonomia e capacidade de expressar emoções de forma saudável.

Portanto, os impactos da parceria escola-família no desenvolvimento socioemocional da criança são amplos e profundos. Quando essa relação é construída com base no respeito, na escuta mútua e na corresponsabilidade, contribui não apenas para o sucesso escolar, mas também para a formação de sujeitos mais conscientes, afetivos e preparados para conviver em sociedade.

3.1. Benefícios da participação da família no ambiente escolar

A participação ativa da família no ambiente escolar é um dos principais fatores que favorecem o desenvolvimento socioemocional da criança na educação infantil. Quando a escola e a família estabelecem uma relação de parceria, baseada no diálogo, no respeito mútuo e na cooperação, cria-se uma rede de apoio que fortalece a autoestima, a segurança emocional e a autonomia da criança.

De acordo com Ferreira (2024), a presença e o envolvimento da família proporcionam à criança um sentimento de pertencimento e valorização, elementos essenciais para a construção da identidade e da autoconfiança. Essa proximidade entre os dois contextos principais de socialização casa e escola promove estabilidade emocional e favorece a expressão dos sentimentos.

Leite (2023) ressalta que "a participação da família na escola reforça o vínculo afetivo da criança com o processo de aprendizagem, ao perceber que seus responsáveis valorizam e compartilham das experiências vividas no ambiente escolar". Esse envolvimento não se limita

apenas às reuniões formais, mas se estende à presença em atividades pedagógicas, eventos escolares e até mesmo à comunicação cotidiana com os educadores.

Além disso, o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) destacam a família como parte fundamental no processo educativo. Tais documentos reconhecem que a educação é dever conjunto da escola e da família, o que legitima a participação ativa dos responsáveis e reforça a corresponsabilidade no desenvolvimento das crianças.

Para Hachimoto (2024), quando a família é envolvida no cotidiano escolar, as crianças demonstram maior interesse nas atividades, melhoram sua convivência com os colegas e desenvolvem habilidades como empatia, cooperação e autorregulação emocional. Isso ocorre porque o vínculo entre os dois ambientes – familiar e escolar – torna-se coeso, promovendo um espaço de segurança e confiança.

Costa, Moita e Oliveira Costa (2023) também observam que a atuação familiar contribui significativamente para a prevenção de comportamentos agressivos, isolamento ou baixa autoestima, uma vez que a criança se percebe amparada por uma rede de apoio que valoriza sua individualidade e potencial.

3.2. Casos e experiências bem-sucedidas

A efetiva parceria entre escola e família tem se mostrado, na prática, um fator determinante para o sucesso do desenvolvimento socioemocional das crianças. Diversas experiências em contextos educacionais têm demonstrado que o envolvimento familiar consistente pode transformar positivamente a trajetória escolar dos alunos, sobretudo na educação infantil.

Um exemplo recorrente nas escolas de educação infantil é a realização de projetos integrados que envolvem famílias em atividades pedagógicas, culturais e sociais. De acordo com Hachimoto (2024), iniciativas como oficinas de leitura compartilhada, feiras culturais com participação dos responsáveis e rodas de conversa entre pais e educadores têm favorecido não apenas o rendimento escolar, mas também a ampliação da empatia, da escuta ativa e da cooperação entre as crianças. Essas práticas criam vínculos afetivos fortes entre todos os envolvidos no processo educativo.

Ferreira (2024) apresenta o relato de uma escola pública que implantou o projeto “Família Presente”, no qual os pais eram convidados a participar semanalmente das atividades

em sala de aula. A experiência contribuiu para uma mudança de postura das crianças, que passaram a demonstrar maior segurança, autonomia e habilidades de autorregulação emocional, além de uma melhora significativa na convivência com os colegas.

Outro caso bem-sucedido foi registrado por Rocha e Vieira (2021), que analisaram uma experiência em que a escola promoveu encontros formativos com os responsáveis, abordando temas como afetividade, limites e desenvolvimento infantil. O resultado foi uma parceria mais consciente e afetiva entre as famílias e a instituição, gerando reflexos positivos no comportamento socioemocional das crianças, que passaram a apresentar menor índice de conflitos e mais disposição para aprender e interagir.

Essas experiências reforçam a importância de uma abordagem proativa por parte da escola, valorizando a escuta, o respeito às diversidades familiares e a construção de estratégias acessíveis de aproximação. Como afirmam Albuquerque e Aquino (2018), “a escola que reconhece a família como parceira legítima no processo educativo tende a obter melhores resultados no desenvolvimento integral do aluno, especialmente nas dimensões emocional e social” (p. 314).

Portanto, os casos analisados evidenciam que parcerias bem estruturadas entre escola e família são plenamente possíveis e altamente benéficas. Quando os educadores se empenham em criar um ambiente acolhedor e dialógico, e quando as famílias se sentem parte integrante do processo, os efeitos sobre o desenvolvimento da criança são significativamente positivos.

3.3. O papel dos educadores e da gestão escolar

A construção de uma parceria efetiva entre escola e família depende, em grande medida, da postura dos educadores e da atuação da equipe gestora. Esses profissionais são responsáveis por criar um ambiente acolhedor, dialógico e participativo, que valorize a escuta ativa, a confiança mútua e o respeito às singularidades das famílias. Ao desempenharem esse papel com sensibilidade e competência, contribuem de forma decisiva para o desenvolvimento socioemocional das crianças.

Os educadores atuam como mediadores entre a instituição e os responsáveis, sendo muitas vezes o principal canal de comunicação e aproximação. Como destaca Rodrigues (2023), o professor que reconhece a afetividade como elemento central no processo educativo tende a estabelecer relações mais humanizadas com as famílias, o que impacta diretamente o bem-estar

emocional da criança. A afetividade e o respeito nas interações fortalecem o sentimento de pertencimento e segurança dos alunos no ambiente escolar.

Além disso, a gestão escolar tem papel estratégico ao promover uma cultura de participação, transparência e acolhimento. Segundo Leite (2023), é responsabilidade da gestão criar espaços permanentes de diálogo com as famílias, planejar ações colaborativas e garantir que todos os membros da comunidade escolar estejam engajados no mesmo propósito: o desenvolvimento integral da criança. Isso inclui desde a organização de reuniões produtivas até o incentivo a práticas formativas e de escuta.

De acordo com Albuquerque e Aquino (2018), “a liderança escolar é peça-chave para sustentar práticas que favoreçam o envolvimento familiar, sendo necessário romper com visões burocráticas e ampliar o olhar para a dimensão socioemocional das relações” (p. 315). Isso significa que o gestor escolar precisa ir além da administração técnica, assumindo também uma função educativa e formativa junto às famílias e aos profissionais da escola.

A Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) também enfatiza o papel da escola como espaço de promoção do desenvolvimento emocional e relacional, exigindo dos educadores e gestores competências que extrapolam o ensino de conteúdos. Espera-se que esses profissionais saibam promover ambientes que favoreçam a convivência, o diálogo, a empatia e a construção coletiva do conhecimento.

Dessa forma, tanto os professores quanto os gestores escolares devem estar comprometidos com uma educação que reconhece a criança em sua totalidade – emocional, social e cognitiva. Por meio da escuta qualificada, da formação continuada e da valorização das famílias como parceiras legítimas, é possível construir uma comunidade educativa mais solidária, acolhedora e transformadora.

4. ESTRATÉGIAS PARA FORTALECER A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA

Fortalecer a relação entre escola e família é um processo contínuo que requer intencionalidade, planejamento e sensibilidade por parte dos educadores e da gestão escolar. Para que essa parceria se estabeleça de forma sólida e duradoura, é necessário investir em estratégias que promovam o diálogo, o acolhimento e a corresponsabilidade no processo educativo.

Uma das primeiras estratégias eficazes é o acolhimento das famílias desde os primeiros contatos com a escola. Segundo Hachimoto (2024), criar espaços onde as famílias se sintam

escutadas e respeitadas é essencial para a construção de vínculos de confiança. Reuniões de boas-vindas, visitas domiciliares e rodas de conversa são exemplos de práticas que demonstram empatia e abertura por parte da instituição.

Além disso, a comunicação constante e acessível é um elemento-chave. Isso inclui o uso de diferentes canais de comunicação, como bilhetes, agendas, murais, aplicativos escolares, reuniões virtuais e presenciais. Leite (2023) afirma que “uma comunicação clara, transparente e empática favorece o entendimento mútuo e evita conflitos que possam enfraquecer a parceria”.

A realização de atividades integradas também contribui significativamente para aproximar escola e família. Projetos pedagógicos que envolvam os responsáveis, como oficinas temáticas, semanas da família na escola, apresentações culturais e momentos de leitura compartilhada, promovem a participação ativa e valorizam o conhecimento das famílias no ambiente escolar (COSTA; MOITA; OLIVEIRA COSTA, 2023).

A formação continuada de educadores é outra estratégia essencial. Os profissionais da educação devem ser preparados para lidar com a diversidade familiar, compreender os contextos sociais dos alunos e desenvolver habilidades de escuta, mediação e diálogo. Como afirmam Rocha e Vieira (2021), o educador precisa reconhecer que “o envolvimento da família não é espontâneo; ele deve ser construído com base em relações de confiança e respeito mútuo” (p. 3467).

Por parte da gestão escolar, é importante institucionalizar práticas que incentivem o envolvimento das famílias, como comissões participativas, conselhos escolares e ouvidorias familiares. Também é fundamental garantir que as famílias tenham voz ativa nas decisões que afetam a comunidade escolar, promovendo o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade (ALBUQUERQUE; AQUINO, 2018).

4.1. Ações colaborativas e projetos integrados

As ações colaborativas e os projetos integrados entre escola e família são caminhos eficazes para estabelecer uma relação de parceria contínua, horizontal e participativa. Esses projetos criam oportunidades para que pais, responsáveis, educadores e alunos atuem de forma conjunta na construção de um ambiente educativo mais significativo e acolhedor.

Ações colaborativas são aquelas que envolvem o planejamento e a execução conjunta de atividades, em que tanto a escola quanto a família compartilham responsabilidades. Exemplos práticos incluem a criação de grupos de pais atuantes, a organização de eventos culturais e

pedagógicos, mutirões para melhorias na infraestrutura escolar, e campanhas de valorização da infância e da convivência respeitosa. Segundo Hachimoto (2024), essas ações fortalecem os laços afetivos e demonstram, na prática, que a educação é um compromisso coletivo.

Projetos integrados, por sua vez, consistem em atividades pedagógicas planejadas com a participação das famílias, de modo que os conteúdos escolares dialoguem com a realidade das crianças e com os saberes familiares. Oficinas interativas, projetos de leitura em casa, exposições temáticas com objetos ou histórias das famílias, e registros colaborativos de vivências infantis são alguns exemplos. Como destacam Costa, Moita e Oliveira Costa (2023), tais projetos permitem que a criança perceba a integração entre os dois principais ambientes de socialização casa e escola, promovendo estabilidade emocional e maior interesse pelo processo de aprendizagem.

Além disso, esses projetos podem contribuir para quebrar barreiras culturais e sociais, valorizando a diversidade familiar e construindo uma educação mais inclusiva. Rocha e Vieira (2021) afirmam que, ao reconhecer as famílias como detentoras de conhecimentos e experiências válidas, a escola fortalece sua função social e se torna um espaço mais democrático e participativo.

A gestão escolar tem papel central na articulação dessas ações, devendo promover espaços de escuta, incentivar a participação efetiva das famílias e dar suporte aos educadores para que possam desenvolver práticas colaborativas com segurança e intencionalidade (ALBUQUERQUE; AQUINO, 2018).

42. Formação continuada para educadores

A formação continuada de educadores e famílias é uma estratégia essencial para o fortalecimento da parceria entre a escola e o ambiente familiar, contribuindo diretamente para o desenvolvimento socioemocional da criança. Quando ambas as partes estão bem-informadas, preparadas e conscientes de seus papéis, a colaboração torna-se mais efetiva, favorecendo um ambiente educativo acolhedor e coerente.

Para os educadores, a formação continuada possibilita a ampliação do olhar sobre a realidade das famílias e o desenvolvimento de habilidades relacionais fundamentais, como a escuta ativa, o diálogo respeitoso e a mediação de conflitos. Segundo Albuquerque e Aquino (2018), é necessário superar práticas escolares burocratizadas e investir na qualificação dos profissionais para lidar com a diversidade cultural e socioeconômica presente no contexto

familiar dos alunos. A formação deve incluir temas como relações interpessoais, comunicação não violenta, inteligência emocional e práticas inclusivas.

Ferreira (2024) ressalta que os professores precisam ser preparados para reconhecer a importância da afetividade no cotidiano escolar e nas relações com os responsáveis. Isso inclui o desenvolvimento de atitudes empáticas e de valorização dos saberes trazidos pelas famílias, entendendo-as como aliadas no processo educativo.

Por outro lado, a formação das famílias também se mostra relevante, especialmente quando feita de forma acolhedora, acessível e participativa. Promover encontros formativos, rodas de conversa, palestras e oficinas voltadas para os pais e responsáveis permite esclarecer dúvidas, trocar experiências e construir coletivamente soluções para os desafios enfrentados na educação das crianças. Leite (2023) defende que o conhecimento compartilhado entre escola e família fortalece os laços de confiança e amplia o engajamento dos cuidadores com a vida escolar.

Além disso, a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) reconhece a importância do envolvimento das famílias como parte integrante do processo educacional, incentivando ações que articulem os saberes escolares e familiares. Tais ações devem promover não apenas a participação, mas também a formação cidadã dos envolvidos.

Hachimoto (2024) propõe que esses momentos formativos aconteçam de forma contínua, e não apenas em situações pontuais ou emergenciais. Para isso, é necessário que a gestão escolar planeje estratégias institucionais, que integrem a formação ao projeto político-pedagógico da escola e garantam a participação de toda a comunidade.

Em síntese, investir na formação continuada de educadores e famílias é fortalecer a base relacional e emocional do processo educativo. Essa formação conjunta amplia a compreensão mútua, promove o respeito à diversidade e cria condições para uma atuação colaborativa e eficaz na promoção do desenvolvimento integral das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação infantil representa uma etapa fundamental para o desenvolvimento integral da criança, especialmente no que diz respeito à construção de habilidades socioemocionais. Como foi discutido ao longo deste trabalho, a relação entre escola e família desempenha papel central nesse processo, funcionando como uma rede de apoio e mediação das experiências que influenciam diretamente o bem-estar, a autoestima e a formação emocional da criança.

A construção de uma parceria sólida entre escola e família revela-se fundamental para o desenvolvimento socioemocional da criança na educação infantil. Ao longo deste trabalho, foi possível compreender que essa relação, quando baseada no diálogo, na empatia e na cooperação, proporciona um ambiente mais seguro, acolhedor e propício ao crescimento integral da criança.

A partir da perspectiva histórico-cultural de Vygotsky, evidenciou-se que o desenvolvimento ocorre por meio da mediação social, e é justamente nas interações familiares e escolares que a criança aprende a lidar com emoções, a se relacionar e a construir sua identidade.

A legislação brasileira representada pela LDB, BNCC e ECA reconhece e reforça a corresponsabilidade da família no processo educativo, especialmente nos primeiros anos de vida. Os documentos normativos apontam que a promoção de uma educação de qualidade, centrada na criança como sujeito de direitos, exige a participação ativa dos familiares, em parceria com as instituições escolares. Dessa forma, a articulação entre escola e família não deve ser vista como uma ação complementar, mas como uma estratégia essencial e contínua para o pleno desenvolvimento infantil.

Diante das evidências teóricas e legais discutidas, conclui-se que a construção de um vínculo sólido entre escola e família possibilita à criança um ambiente afetivo, estável e acolhedor, no qual ela se sente segura para aprender, expressar emoções e conviver com o outro. O desenvolvimento socioemocional, portanto, não ocorre isoladamente, mas é resultado de uma rede de relações significativas que precisa ser cuidadosamente nutrida por meio da escuta, do diálogo e da colaboração entre educadores e familiares.

Apesar dos desafios, como a desigualdade social, a falta de comunicação efetiva e o distanciamento de algumas famílias, existem diversas possibilidades e estratégias capazes de promover essa aproximação. Ações colaborativas, projetos integrados e formações continuadas para educadores e responsáveis mostram-se caminhos viáveis e transformadores.

Assim, reforça-se a ideia de que a educação infantil deve ser compreendida como uma responsabilidade compartilhada. Quando escola e família atuam de maneira conjunta e respeitosa, criam-se condições mais favoráveis não apenas para o sucesso acadêmico, mas principalmente para o desenvolvimento emocional saudável e a formação de crianças mais felizes, seguras e preparadas para os desafios da vida em sociedade.

Por fim, este estudo reforça a importância de políticas pedagógicas e práticas educativas que valorizem a afetividade, a comunicação e o respeito mútuo entre escola e família, como elementos estruturantes de uma educação infantil humanizadora e transformadora. Investir nessa

parceria é investir na formação de crianças mais conscientes, empáticas e emocionalmente preparadas para os desafios da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. de; AQUINO, F. S. B. **Psicologia escolar e relação família-escola: um levantamento da literatura.** Psico-USF, v. 23, n. 2, p. 307-318, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

COSTA, A. K. F. M.; MOITA, I. M. C.; OLIVEIRA COSTA, L. E. **A importância da interação escola-família no processo de ensino aprendizagem.** Revista Exitus, n. 13, p. 77, 2023.

EVANGELISTA, F.; GOMES, T. P. (org.). **Educação para o pensar.** Campinas: Alínes, 2003.

FERREIRA, J. M. O. **Desenvolvimento sócio-emocional na educação infantil.** 2024. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2024.

HACHIMOTO, A. **Promovendo o desenvolvimento integral na educação infantil: estratégias e práticas eficientes.** Rio de Janeiro: Epitaya, 2024. E-book.

LEITE, T. V. G. T. **A relação escola-família: implicações no processo de aprendizagem, desenvolvimento e autonomia.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto Europeu de Estudos Superiores, Medelo - Portugal, 2023.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MATOS, S. **O espaço exterior escolar como potenciador do desenvolvimento socioemocional das crianças em idade pré-escolar.** 2023. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto Europeu de Estudos Superiores, Medelo - Portugal, 2023.

ROCHA, M. M. C.; VIEIRA, M. R. A. P. **A importância da afetividade da família para o desenvolvimento socioemocional da criança na escola.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 7, n. 10, p. 3465-3480, 2021.

RODRIGUES, M. A. C. **A afetividade como peça central para o desenvolvimento holístico de crianças na educação infantil: propostas de mediação.** 2023. 85 p. Tese (Doutorado em Educação) – Central Christian University, Malawi, 2023.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.